



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

EDITAL
REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019
PROCESSO N º 1474/2019
TIPO: MENOR PREÇO
EXCLUSIVO ME/EPP

O Município de Santa Clara do Sul, por intermédio de seu Prefeito, torna público, exclusivamente para os interessados qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido conforme a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, que estará realizando o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019** do tipo **MENOR PREÇO, E QUE ÀS 09 HORAS DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2019, na sala do Setor de Licitações**, situada no Centro Administrativo, na Avenida Emancipação, 615, Centro, Santa Clara do Sul/RS, a Pregoeira e Equipe de apoio, nomeados pela Portaria 4702/2019, estará recebendo os envelopes contendo os documentos de “Habilitação” e “Propostas” objetivando o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL, com base nas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente aplicável à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 123/2006, Decreto Municipal nº 1333/2008, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto deste edital a aquisição de material elétrico para manutenção da iluminação pública e prédios públicos do município de Santa Clara do Sul, conforme demanda, de acordo com as características constantes no Anexo I deste Edital.

1.2. Após ter sido declarado vencedor, o licitante deverá fornecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, amostra dos materiais ofertados (**01** - Reator Vapor Metálico; **02** - Lâmpada Tubular Vapor Metálico; **03** - Relé Fotoelétrico; **07** - Base para Relé Fotoelétrico; **14** - Luminária Pública Ultra Led; **15** - Lâmpada Led tubular Mínimo 18 watts e **16** - Lâmpada Led tubular mínimo 9 watts) para teste, possibilitando a averiguação da durabilidade e qualidade do material.

1.2.1. A amostra será avaliada pela empresa contratada para prestação de serviços de manutenção da iluminação pública e prédios públicos, sendo que o material será instalado na via pública (**itens 01, 02, 03, 07 e 14**) e no Centro Administrativo (**itens 15 e 16**) sendo avaliado por 15 (quinze) dias. Após passados os 15 dias, o responsável pela avaliação emitirá parecer conclusivo quanto a durabilidade e qualidade do material.

1.3. O prazo para entrega do objeto é de até 10 (dez) dias corridos, após a emissão do respectivo empenho, sendo que o solicitante pode entrar em contato com a empresa confirmando o recebimento da solicitação. Ressaltamos que o frete/transporte até o local de entrega deverá ser por conta da empresa contratada, ou seja, já incluso no valor licitado.

1.4. Os itens **01 a 14** deverão ser entregues no Departamento de Obras, localizado na Avenida Vinte e Oito de Maio, nº 265, Centro – Santa Clara do Sul/RS e os demais itens nos locais indicados nos referidos empenhos, todos dentro do Município de Santa Clara do Sul/RS.

Observação: No caso de haver entrega para várias secretarias/departamentos no mesmo dia, a empresa deverá efetuar as entregas nos locais indicados nos empenhos, não sendo aceita a entrega de todas as solicitações no mesmo local.

1.5. A empresa vencedora deverá recolher os materiais utilizados, que foram por ela fornecidos e dar uma destinação final ambientalmente adequada conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A empresa vencedora será informada e terá o prazo máximo de 05



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

(cinco) dias úteis para a retirada dos produtos no local indicado. O fornecedor terá o prazo de até 30 (trinta) dias contados do recolhimento para apresentar o documento comprobatório do descarte dos materiais recolhidos. O custo da Logística Reversa deverá estar incluso no valor do material.

1.6. Os materiais deverão ter garantia mínima de 01 (um) ano e no caso de apresentarem defeito deverá ser providenciada a troca, sem ônus ao Município, em até 10 (dez) dias úteis após ser comunicado pelo Município.

1.7. O objeto desta Licitação deve ser cotado respeitando-se o que foi estipulado neste Edital.

1.8. A licitante se obriga a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições básicas de habilitação e qualificação exigidas no presente certame.

1.9. O objeto deverá ser entregue no local indicado pelo solicitante, obedecendo às especificações mencionadas neste Edital, serão recebidos por funcionários responsáveis das Secretarias/Departamentos, observando prazos de entrega, qualidade e descrição do material oferecido, devendo protocolar eventuais desconformidades.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO

2.1. As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE GESTÃO: 304.8;

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA: 505.5 e 537.3 (Iluminação Pública);

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE: 723.8 e 734.9;

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: 823.16 e 920.11.

2.2. A licitante vencedora deverá apresentar na entrega dos materiais, a respectiva nota fiscal em nome do Município de Santa Clara do Sul-RS, contendo o número da Licitação **Pregão Presencial nº 39/2019 e o número do respectivo empenho**, que deverá ser visada por responsável da Secretaria solicitante. Os pagamentos serão realizados pelo Município de Santa Clara do Sul-RS em **até 10 (dez) dias** a contar da apresentação da respectiva nota fiscal ao Setor de Pagamentos.

2.3. Os materiais que não apresentarem condições para uso ou estiverem fora das especificações e condições exigidas serão devolvidos e não será efetuado o pagamento.

2.4. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas na proposta será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

2.5. Deverão estar incluídos nos valores das propostas e/ou lances todos os custos, despesas, impostos, taxas e contribuições incidentes sobre os materiais ofertados, inclusive **logística reversa (Item 1.5 deste Edital)** e frete até o local de entrega indicado.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento Licitatório, no interesse da representada.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. Documentos para o credenciamento:

a) Documento de identificação oficial com foto;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

onde legalmente necessário e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores, o contrato social ou ato constitutivo deverá ser apresentado com todas as alterações ou apresentada a consolidação;

c) Comprovante de inscrição no CNPJ, emitido há menos de 90 (noventa) dias.

d) Se representada por terceiro, deverá apresentar instrumento público ou particular de **procuração com assinatura reconhecida em Cartório ou carta de credenciamento** outorgada pelos representantes legais comprovando os necessários poderes para a prática dos atos inerentes ao certame;

e) Declaração de que atende os requisitos de habilitação do edital, que poderá ser conforme **Anexo II** do Edital.

f) Certidão da Junta Comercial de Enquadramento de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), emitida há menos de 90 (noventa) dias.

3.4. Os documentos de credenciamento deverão ser entregues à Pregoeira ou membros da equipe de apoio.

3.5. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.

3.6. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens de 3.3, não implicará a exclusão da empresa do certame, mas impedirá que aquele que a representaria possa manifestar-se na apresentação de lances verbais e demais fases do processo de licitação, enquanto não suprida a falta ou incorreção.

4. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo os Documentos para Habilitação e a Proposta de Preços, será pública, dirigida pela Pregoeira, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e no horário determinados no preâmbulo deste Edital.

4.2. O envelope contendo a Proposta de Preços deverá trazer no seu anverso as seguintes informações:

**ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL – RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº – 39/2019
“RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE”
“CNPJ DA PARTICIPANTE”**

4.3. O envelope contendo os Documentos para Habilitação deverá trazer, no seu anverso, as seguintes informações:

**ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL – RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº – 39/2019
“RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE”
“CNPJ DA PARTICIPANTE”**

4.4. Inicialmente será aberto o envelope de nº 1 – referente a Proposta de Preços e, a seguir, o Envelope de nº 2 – referente aos Documentos de Habilitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma única via impressa preferencialmente em papel timbrado da empresa participante, redigida com clareza salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa, podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo III**.

5.2. Da proposta de Preços deverão constar, **sob pena de desclassificação**:

a) **Razão Social da empresa licitante, número do CNPJ, Inscrição Estadual, endereço completo, telefone para contato, endereço eletrônico (e-mail), nome de pessoa para contato, dados de conta bancária em nome da empresa, dados da pessoa indicada para assinar a Ata de Registro de Preços**, conforme modelo disponibilizado no **Anexo III**;

b) **Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sua apresentação;

c) **Prazo de entrega: de até 10 (dez) dias corridos** a contar da solicitação pelo Município;

d) **Prazo de validade do material: mínimo 01 (um) ano** a contar do recebimento pelo Município;

e) **Uma cotação, com preço unitário por item licitado e o valor da soma dos itens, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com apenas duas casas decimais após a vírgula, contendo a MARCA e as especificações do objeto da licitação**. A Proposta poderá ser conforme modelo do **Anexo III**;

f) **Nome e assinatura do representante**;

5.3. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, deslocamento, frete, logística reversa e tudo o mais que se fizer necessário ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

5.4. Quaisquer tributos, despesas e / ou custos, diretos ou indiretos, não incluídos na proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a esse ou qualquer título, devendo os produtos finais ser fornecidos sem ônus adicionais aos preços da proposta.

5.5. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte das empresas participantes do Pregão Presencial, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.6. Serão desclassificadas as Propostas de Preços que desatenderem às especificações e exigências deste Edital e de seus Anexos, bem assim aquelas que apresentarem omissões, irregularidades ou defeitos que possam impedir ou dificultar o julgamento.

5.7. Os erros em somatórios ou em outros aspectos, desde que não impliquem na nulidade do procedimento ou não causem prejuízo à Administração Pública, poderão ser sanados pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observado o prazo de entrega do objeto licitado neste Edital.

6.2. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, a autora da oferta de valor mais baixo e das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.3. Após a apresentação das propostas, não caberá desistência dos proponentes, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e acatado pela Pregoeira.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

6.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 6.2, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.5. A pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada com o maior preço e todos os demais, em ordem decrescente de valor.

6.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

6.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da legislação em vigor.

6.8. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

6.9. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

6.10. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

6.12. Se a oferta ou o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a oferta subsequente, verificada a sua aceitabilidade, procederá à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

6.13. Em caso de igualdade entre duas ou mais propostas, o desempate se dará por sorteio, determinado pela Pregoeira e Equipe de Apoio e com a participação dos interessados.

6.14. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pela Pregoeira, equipe de apoio e pelos licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A Habilitação das empresas para participarem da presente licitação será determinada pela apresentação dos seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado onde legalmente necessário e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores, o contrato social ou ato constitutivo deverá ser apresentado com todas as alterações ou apresentada a consolidação, (a empresa que tiver apresentado no credenciamento não precisará reapresentar);

b) Comprovante de inscrição no CNPJ, emitido há menos de 90 (noventa) dias (a empresa que tiver apresentado no credenciamento não precisará reapresentar);

c) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

d) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal e Estadual da sede da empresa.

e) Prova de regularidade com o FGTS;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

g) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida há menos de 90 (noventa) dias;

h) Certidão da Junta Comercial de Enquadramento de Micro Empresa ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

Empresa de Pequeno Porte, ou Declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), emitida há menos de 90 (noventa) dias (a empresa que tiver apresentado no credenciamento não precisará reapresentar);

i) Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação, expedida há menos de 90 (noventa) dias.

j) Declaração de que aceita e concorda com todos os termos do edital, poderá ser conforme modelo do Anexo IV;

k) Declaração de que não emprega menor, conforme lei nº 9.854/99, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, poderá ser utilizado modelo Anexo V.

7.2. As empresas que deixarem de apresentar qualquer dos documentos acima citados, as que tiverem documentos com prazo de validade vencido ou ainda, as que tiverem o objeto da empresa incompatível com o objeto deste Edital, serão excluídas do processo, nos termos da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

7.3. Às empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que apresentarem a documentação com restrição (validade vencida) será concedido o prazo legal para a sua reapresentação, de acordo com o disposto no artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante apresentação das vias originais no ato da abertura dos envelopes.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas às exigências deste Edital.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos por escrito, providências ou impugnar o presente edital. Somente serão aceitas impugnações protocoladas no Setor de Protocolo do Centro Administrativo do Município de Santa Clara do Sul, não sendo aceitas impugnações realizadas via e-mail, Correios ou outras.

9.2. Caberá à Pregoeira decidir sobre a petição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito.

9.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.4. Se a ocorrência da impugnação for de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 14 do Decreto Estadual nº 4.733, de 02 de agosto de 2002 e legislação vigente.

9.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. Somente serão aceitas razões e contrarrazões de recurso protocoladas no Setor de Protocolo do Centro Administrativo do Município de Santa Clara do Sul/RS, não sendo aceitas via e-mail, Correios ou outras.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela pregoeira ao vencedor.

10.3. O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

10.4. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

10.5. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Centro Administrativo do Município de Santa Clara do Sul/RS.

11. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados terão validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços pelo chefe do Executivo e por representante credenciado ou responsável da empresa.

11.2. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, o representante credenciado ou responsável da empresa deverá apresentar documento de identificação com foto. Na hipótese do primeiro comparecer, a procuração apresentada no momento do credenciamento deverá conter poderes para o ato.

11.3. A LICITANTE vencedora tem o prazo de 05 (cinco) dias para assinar a Ata de Registro de Preços, contados da data da comunicação pelo Município. Este prazo é prorrogável por uma única vez e por igual período, mediante justificativa feita pela empresa e aceita pelo Departamento Jurídico.

11.4. O processo para o Registro de Preços não obriga o Município de Santa Clara do Sul-RS a firmar contratações estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos itens.

11.5. A Administração não emitirá qualquer solicitação de aquisição sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

11.6. A Administração monitorará o preço dos itens, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, convocando os fornecedores para negociar novos valores.

12. DAS OBRIGAÇÕES / RESPONSABILIDADES

12.1. Constituem obrigações/responsabilidades da Contratada:

12.1.1. Cumprir as especificações e preços estabelecidos em sua proposta;

12.1.2. Responsabilizar-se pelos custos e encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste edital, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Santa Clara do Sul/RS.

12.1.3. Responsabilizar-se pelo transporte/frete de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, sem ônus para o Município.

12.1.4. Responsabilizar-se pela **Logística Reversa**, conforme prevê o item 1.5 deste Edital;

12.1.5. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de Santa Clara do Sul/RS ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

12.1.6. A licitante vencedora deverá assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado.

12.2. Constituem obrigações/responsabilidades do Município:

12.2.1. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste Edital;

12.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da licitação através do Gestor e Fiscais de Contratos designados pela Portaria nº 4641/2019.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Na hipótese de a empresa vencedora recusar-se assinar a Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente injustificadamente, a pregoeira e equipe de apoio examinarão a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital, inclusive negociando o melhor preço.

13.2. A empresa vencedora que se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente injustificadamente, falhar ou fraudar a sua execução, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja proferida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Contrato ou instrumento equivalente além de outras cominações legais.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Em caso de **atraso injustificado na entrega dos materiais**, sujeitar-se-á o licitante vencedor à **multa de 1% (um por cento) por dia de atraso**, sobre o valor do Empenho ou sobre o valor correspondente aos itens em atraso, conforme o caso, até o limite de **05 (cinco) dias** de atraso, após o qual será considerado inexecução parcial;

14.2. Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 02 (dois) anos.

14.3. Multa de 15% (quinze por cento) no caso de inexecução total da Ata de Registro Preços, cumulado com a pena do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

14.4. As multas referentes aos itens anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

14.5. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas nesta Ata, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar ainda as seguintes sanções:

a) **Advertência**, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

b) **Suspensão do direito de licitar** e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a inexecução contratual sobrevier prejuízos para a Administração;

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

14.5.1. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de contratar**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

com a Administração, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

14.6. A sanção de advertência de que trata o item **14.5, letra “a”**, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no andamento das atividades da Secretaria solicitante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.7. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública.

Observação: As multas serão calculadas sobre o **valor empenhado para os itens 14.1 e 14.2**, sobre o **valor total estimado da Ata de Registro de Preços para o item 14.3**.

15. DO LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÕES

15.1. O edital e informações poderão ser obtidos no Setor de Licitações do Município de Santa Clara do Sul, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 16h, telefone (51) 3782-2250, e-mail: licitacoes@santaclaradosul.rs.gov.br e sítio eletrônico: <http://transparencia.santaclaradosul-rs.com.br/multi24/sistemas/transparencia/?secao=dinamico&id=4946#>.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O presente Edital, seus anexos e a proposta da empresa vencedora farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

16.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação expressa da Pregoeira em sentido contrário.

16.4. A Administração Municipal poderá optar por apenas uma proposta, rejeitar todas, anular ou revogar a Licitação, nos casos previstos em Lei, sem que, por este motivo, tenham os participantes direito a qualquer reclamação ou indenização.

16.5. Os casos omissos ao presente edital serão dirimidos pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio.

16.6. A anulação da presente Licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no Parágrafo Único do Art. 59 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

16.7. Durante os trabalhos de análise das propostas não será admitida à interferência de pessoas estranhas à Equipe de Licitação, ressalvado a hipótese de solicitação, pela própria equipe, de técnicos habilitados para análise de dados, documentos e informações.

16.8. As dúvidas que porventura possam vir a surgir, em decorrência da interpretação deste Edital de Pregão, poderão ser esclarecidas, por escrito, pela Pregoeira, mediante requerimento das empresas interessadas, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data marcada para a abertura dos trabalhos.

16.9. A critério da Pregoeira e sua Equipe de Apoio e no interesse da Administração, sem que caiba qualquer recurso ou indenização, poderá:

a) ser adiada a sessão de abertura do Pregão Presencial;

b) ser alterado o Edital, com abertura de novo prazo para a realização do Pregão.

16.10. São anexos deste Edital:

a) Anexo I – Descrição dos itens.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

- b) Anexo II - Modelo de Declaração de Habilitação (Apresentar no Credenciamento);
- c) Anexo III – Modelo de Proposta;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração que aceita e concorda com os termos do Edital (Apresentar na Habilitação);
- e) Anexo V – Modelo Declaração de que não emprega menor;
- f) Anexo VI - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Santa Clara do Sul, 17 de setembro de 2019.

PAULO CEZAR KOHLRAUSCH
Prefeito

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS ITENS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor de Referência Unitário
1	REATOR VAPOR METÁLICO 250 WATTS, FREQUÊNCIA 60HZ 220V CORRENTE DE 1,30 AMPERES, RENDIMENTO 80% DE ACORDO COM NBR 13593/13594 E SELO PROCEL PARA USO EXTERNO	UN	400	R\$ 88,06
2	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250 WATTS SOQUETE E40 220V, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 17.000 LUMENS, VIDA MEDIADA MÍNIMA DE 10.000 HORAS, DE ACORDO COM A NBR 13592. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 12 MESES DA DATA DE ENTREGA.	UN	400	R\$ 47,29
3	RELE FOTOELETRICO NOVO CARGA MÁXIMA 1000W/1200VA(127 V) 1800 VA(220V), TENSÕES DE OPERAÇÃO: 220 V/240V, 50/60 HZ; LIGA: 10 LUX, RELAÇÃO DESLIGAR/LIGAR: MAIOR/IGUAL DE 3 LUX; PROTEÇÃO CONTRA SURTOS: VARISTOR; PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE CORRENTE; RETARDO PARA APAGAR; MIN 15 SEG; RIGIDEZ DIELETRICA; 500V; VIDA ÚTIL - MÍNIMO 5000 OPERAÇÕES; FAIXA DE TEMPERATURA: -40°C A 70°C; INVÓLUCRO POLIPROPILENO ESTABILIZADO AOS RAIOS UV.	UN	400	R\$ 28,75
4	BRAÇO GALVANIZADO DE 1 METRO COM 25MM DIÂMETRO	UN	400	R\$ 21,30
5	LUMINÁRIA DE ALUMÍNIO OM SOQUETE E-40 COM GRADE	UN	400	R\$ 67,00
6	CONECTOR PERFURANTE ISOLADO 10/70MM2 1,5-10MM2 CONEXÃO POR APERTO SIMULTÂNEO, ATRAVÉS DE PERFURAÇÃO DA ISOLAÇÃO, EM MATERIAL POLIMÉRICO E CONTATOS EM COBRE ESTANHADO DIÂMETRO PRINCIPAL: 10 A 70MM2 E DIÂMETRO DE DERIVAÇÃO: 1,5 A 10MM2	UN	400	R\$ 7,02
7	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO 220V IP 54 COM PROTEÇÃO CONTRA CORRENTE DE PARTIDA	UN	400	R\$ 6,43
8	CONECTOR CUNHA MULTICOLORIDO DE 1,5/16MM2 CONEXÃO POR EFEITO MOLA (APERTO PERMANENTE),	UN	400	R\$ 4,90



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

	CORPO E CUNHA EM MATERIAL COBRE ESTANHADO DIÂMETRO PRINCIPAL: DE 2,54 A 6,55 E DIÂMETRO DE DERIVAÇÃO DE 1,27 A 4,65			
9	PARAFUSO 1/2 25 GALVANIZADO COM PORCA	UN	200	R\$ 8,17
10	PARAFUSO 16 X 250 GALVANIZADO COM PORCA	UN	200	R\$ 8,68
11	PARAFUSO 16 X 300 GALVANIZADO COM PORCA	UN	200	R\$ 8,82
12	PARAFUSO 16 X 350 GALVANIZADO COM PORCA	UN	200	R\$ 13,22
13	ARRUELA QUADRADA COM FURO 18MM	UN	800	R\$ 0,86
14	LUMINÁRIA PÚBLICA ULTRA LED SMD 150W BRANCO FRIO 6000K- 65000K COM VIDA ÚTIL DE 50.000 HORAS, BIVOLT AUTOMÁTICO (110-220V), RESISTÊNCIA A ÁGUA COM ÂNGULO DE ABERTURA DE 125° CO DIMENSÕES DE 54CM X 26CM X 11,5CM.	UN	400	R\$ 598,07
15	LÂMPADA LED TUBULAR DE VIDRO T8 DE NO MÍNIMO 18 WATTS E NO MÍNIMO 1800LM, LUZ COR BRANCO FRIO 6.500K, BIVOLT OU 220V, 120 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO	UN	500	R\$ 21,12
16	LÂMPADA LED TUBULAR DE VIDRO T8 DE NO MÍNIMO 9 WATTS E NO MÍNIMO 900LM, LUZ COR BRANCO FRIO 6.500K, BIVOLT OU 220V, 60 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO	UN	500	R\$ 17,61

ANEXO II

MODELO

DECLARAÇÃO REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019

(nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., com endereço na _____, **DECLARA**, que atende os requisitos de Habilitação do Edital referente ao Pregão Presencial nº 39/2019.

....., ... dede 2019.

.....(representante legal)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019

Razão Social da Empresa: _____

CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Pessoa Para Contato: _____

Dados Bancários da empresa: Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Dados da pessoa para assinar a Ata de Registro de Preços:

Nome: _____ Forma de representação: _____

Nacionalidade: _____ Estado civil: _____ Profissão: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço completo: _____

Prazo Validade da Proposta: _____

Prazo de entrega do Material: _____

Prazo de Validade do Material: _____

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	REATOR VAPOR METÁLICO 250 WATTS, FREQUÊNCIA 60HZ 220V CORRENTE DE 1,30 AMPERES, RENDIMENTO 80% DE ACORDO COM NBR 13593/13594 E SELO PROCEL PARA USO EXTERNO	UN	400		R\$	R\$
2	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 250 WATTS SOQUETE E40 220V, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 17.000 LUMENS, VIDA MEDIADA MÍNIMA DE 10.000 HORAS, DE ACORDO COM A NBR 13592. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 12 MESES DA DATA DE ENTREGA.	UN	400		R\$	R\$
3	RELE FOTOELETRICO NOVO CARGA MÁXIMA 1000W/1200VA(127 V) 1800 VA(220V), TENSÕES DE OPERAÇÃO: 220 V/240V, 50/60 HZ; LIGA: 10 LUX, RELAÇÃO DESLIGAR/LIGAR: MAIOR/IGUAL DE 3 LUX; PROTEÇÃO CONTRA SURTOS: VARISTOR; PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE CORRENTE; RETARDO PARA APAGAR; MIN 15 SEG; RIGIDEZ DIELETTICA; 500V; VIDA ÚTIL - MÍNOMO 5000 OPERAÇÕES; FAIXA DE TEMPERATURA: -40°C A 70°C; INVÓLUCRO POLIPROPILENO ESTABILIZADO AOS RAIOS UV.	UN	400		R\$	R\$
4	BRAÇO GALVANIZADO DE 1 METRO COM 25MM DIÂMETRO	UN	400		R\$	R\$
5	LUMINÁRIA DE ALUMÍNIO OM SOQUETE E-40 COM GRADE	UN	400		R\$	R\$
6	CONECTOR PERFURANTE ISOLADO 10/70MM2 1,5-10MM2 CONEXÃO POR APERTO SIMULTÂNEO, ATRAVÉS DE PERFURAÇÃO DA ISOLAÇÃO, EM	UN	400		R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

	MATERIAL POLIMÉRICO E CONTATOS EM COBRE ESTANHADO DIÂMETRO PRINCIPAL: 10 A 70MM2 E DIÂMETRO DE DERIVAÇÃO: 1,5 A 10MM2					
7	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO 220V IP 54 COM PROTEÇÃO CONTRA CORRENTE DE PARTIDA	UN	400		R\$	R\$
8	CONECTOR CUNHA MULTICOLORIDO DE 1,5/16MM2 CONEXÃO POR EFEITO MOLA (APERTO PERMANENTE), CORPO E CUNHA EM MATERIAL COBRE ESTANHADO DIÂMETRO PRINCIPAL: DE 2,54 A 6,55 E DIÂMETRO DE DERIVAÇÃO DE 1,27 A 4,65	UN	400		R\$	R\$
9	PARAFUSO 1/2 25 GALVANIZADO COM PORCA	UN	200		R\$	R\$
10	PARAFUSO 16 X 250 GALVANIZADO COM PORCA	UN	200		R\$	R\$
11	PARAFUSO 16 X 300 GALVANIZADO COM PORCA	UN	200		R\$	R\$
12	PARAFUSO 16 X 350 GALVANIZADO COM PORCA	UN	200		R\$	R\$
13	ARRUELA QUADRADA COM FURO 18MM	UN	800		R\$	R\$
14	LUMINÁRIA PÚBLICA ULTRA LED SMD 150W BRANCO FRIO 6000K- 6500K COM VIDA ÚTIL DE 50.000 HORAS, BIVOLT AUTOMÁTICO (110-220V), RESISTÊNCIA A ÁGUA COM ÂNGULO DE ABERTURA DE 125° CO DIMENSÕES DE 54CM X 26CM X 11,5CM.	UN	400		R\$	R\$
15	LÂMPADA LED TUBULAR DE VIDRO T8 DE NO MÍNIMO 18 WATTS E NO MÍNIMO 1800LM, LUZ COR BRANCO FRIO 6.500K, BIVOLT OU 220V, 120 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO	UN	500		R\$	R\$
16	LÂMPADA LED TUBULAR DE VIDRO T8 DE NO MÍNIMO 9 WATTS E NO MÍNIMO 900LM, LUZ COR BRANCO FRIO 6.500K, BIVOLT OU 220V, 60 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO	UN	500		R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$	R\$

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

ANEXO IV

DECLARAÇÃO REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019

(nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., com endereço na _____, **DECLARA**, que aceita e concorda com todos os termos do Edital referente ao Pregão Presencial nº 39/2019.

....., ... dede 2019.

.....(representante legal)

ANEXO V

MODELO

DECLARAÇÃO REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019

(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999: V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

....., ... de de 2019.

.....(representante legal)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

ANEXO VI

Minuta

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000-03/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL/RS pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 94.705.936/0001-61, com sede na Avenida Emancipação, 615, nesta cidade de Santa Clara do Sul/RS, representado em seus atos pelo Prefeito Sr. **PAULO CEZAR KOHLRAUSCH**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 364.946.150-15, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Clara do Sul/RS, denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na, Nº, Bairro, na cidade de/RS, CEP:, representada, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob nº e portador do RG nº, residente e domiciliado na, nº, Bairro, na cidade de/RS, CEP:, denominada de **CONTRATADA** resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme Licitação Modalidade **Pregão Presencial nº 39/2019**, Processo Administrativo 1474/2019, com fulcro nas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente aplicável à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal 1333/2008 e Decreto Municipal 2190/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto desta Ata de Registro de Preços a aquisição de material elétrico para manutenção da iluminação pública e prédios públicos do município de Santa Clara do Sul, conforme demanda, de acordo com as características constantes no Anexo I deste Edital.

1.2. Após ter sido declarado vencedor, o licitante deverá fornecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, amostra dos materiais ofertados (**01 - Reator Vapor Metálico; 02 - Lâmpada Tubular Vapor Metálico; 03 - Relé Fotoelétrico; 07 - Base para Relé Fotoelétrico; 14 - Luminária Pública Ultra Led; 15 - Lâmpada Led tubular Mínimo 18 watts e 16 - Lâmpada Led tubular mínimo 9 watts**) para teste, possibilitando a avaliação da durabilidade e qualidade do material.

1.2.1. A amostra será avaliada pela empresa contratada para prestação de serviços de manutenção da iluminação pública e prédios públicos, sendo que o material será instalado na via pública (**itens 01, 02, 03, 07 e 14**) e no Centro Administrativo (**itens 15 e 16**) sendo avaliado por 15 (quinze) dias. Após passados os 15 dias, o responsável pela avaliação emitirá parecer conclusivo quanto a durabilidade e qualidade do material.

1.3. O prazo para entrega do objeto é de **até 10 (dez) dias corridos**, após a emissão do respectivo empenho, sendo que o solicitante pode entrar em contato com a empresa confirmando o recebimento da solicitação. Ressaltamos que o frete/transporte até o local de entrega deverá ser por conta da empresa contratada, ou seja, já incluso no valor licitado.

1.4. Os itens **01 a 14** deverão ser entregues no Departamento de Obras, localizado na Avenida Vinte e Oito de Maio, nº 265, Centro – Santa Clara do Sul/RS e os demais itens nos locais indicados nos referidos empenhos, todos dentro do Município de Santa Clara do Sul/RS.

Observação: No caso de haver entrega para várias secretarias/departamentos no mesmo dia, a empresa deverá efetuar as entregas nos locais indicados nos empenhos, não sendo aceita a entrega de todas as solicitações no mesmo local.

1.5. A empresa vencedora deverá recolher os materiais utilizados, que foram por ela fornecidos e dar uma destinação final ambientalmente adequada conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A empresa vencedora será informada e terá o prazo máximo de 05



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

(cinco) dias úteis para a retirada dos produtos no local indicado. O fornecedor terá o prazo de até 30 (trinta) dias contados do recolhimento para apresentar o documento comprobatório do descarte dos materiais recolhidos. O custo da Logística Reversa deverá estar incluso no valor do material.

1.6. Os materiais deverão ter garantia mínima de 01 (um) ano e no caso de apresentarem defeito deverá ser providenciada a troca, sem ônus ao Município, em até 10 (dez) dias úteis após ser comunicado pelo Município.

1.7. O objeto desta Licitação deve ser cotado respeitando-se o que foi estipulado neste Edital.

1.8. A licitante se obriga a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições básicas de habilitação e qualificação exigidas no presente certame.

1.9. O objeto deverá ser entregue no local indicado pelo solicitante, obedecendo às especificações mencionadas no Edital, serão recebidos por funcionários responsáveis das Secretarias/Departamentos, observando prazos de entrega, qualidade e descrição do material oferecido, devendo protocolar eventuais desconformidades.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO

2.1. As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE GESTÃO: 304.8;

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA: 505.5 (Prédios Públicos) e 537.3 (Iluminação Pública);

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE: 723.8 e 734.9;

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: 823.16 e 920.11.

2.2. A licitante vencedora deverá apresentar na entrega dos materiais, a respectiva nota fiscal em nome do Município de Santa Clara do Sul-RS, contendo o número da Licitação **Pregão Presencial nº 39/2019 e o número do respectivo empenho**, que deverá ser visada por responsável da Secretaria solicitante. Os pagamentos serão realizados pelo Município de Santa Clara do Sul-RS em **até 10 (dez) dias** a contar da apresentação da respectiva nota fiscal ao Setor de Pagamentos.

2.3. Os materiais que não apresentarem condições para uso ou estiverem fora das especificações e condições exigidas serão devolvidos e não será efetuado o pagamento.

2.4. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas na proposta será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

2.5. Deverão estar incluídos nos valores das propostas e/ou lances todos os custos, despesas, impostos, taxas e contribuições incidentes sobre os materiais ofertados, inclusive **logística reversa (Item 1.5 desta Ata de Registro de Preços)** e frete até o local de entrega indicado.

3. DO PRAZO DE ENTREGA

3.1. O prazo para entrega do objeto é de **até 10 (dez) dias corridos**, após a emissão do respectivo empenho, sendo que é de responsabilidade do solicitante entrar em contato com a empresa confirmando o recebimento da solicitação. Ressaltamos que o frete/transporte até o local de entrega deverá ser por conta da empresa contratada, ou seja, já incluso no valor licitado.

3.2. Os itens **01 a 14** deverão ser entregues no Departamento de Obras, localizado na Avenida Vinte e Oito de Maio, nº 265, Centro – Santa Clara do Sul/RS e os demais itens nos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

locais indicados nos referidos empenhos, todos dentro do Município de Santa Clara do Sul/RS.

Observação: No caso de haver entrega para várias secretarias/departamentos no mesmo dia, a empresa deverá efetuar as entregas nos locais indicados nos empenhos, não sendo aceita a entrega de todas as solicitações no mesmo local.

4. DAS OBRIGAÇÕES/ RESPONSABILIDADES

4.1. Constituem obrigações/responsabilidades da Contratada:

4.1.1. Cumprir as especificações e preços estabelecidos em sua proposta;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos custos e encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste edital, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Santa Clara do Sul/RS.

4.1.3. Responsabilizar-se pelo transporte/frete de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, sem ônus para o Município.

4.1.4. Responsabilizar-se pela **Logística Reversa**, conforme prevê o item 1.5 desta Ata de Registro de Preços;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de Santa Clara do Sul/RS ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos;

4.1.6. A licitante vencedora deverá assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado.

4.2. Constituem obrigações/responsabilidades do Município:

4.2.1. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste Edital;

4.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da licitação através do Gestor e Fiscais de Contratos designados pela Portaria nº 4641/2019.

5. DO PRAZO DE VALIDADE

5.1. Os preços registrados terão validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços pelo chefe do Executivo e por representante credenciado ou responsável da empresa.

5.2. O processo para o Registro de Preços não obriga o Município de Santa Clara do Sul/RS a firmar contratações estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos itens.

5.3. A Administração não emitirá qualquer solicitação de aquisição sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

5.4. A Administração monitorará os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, convocando os fornecedores para negociar novos valores.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

6.1. Em caso de **atraso injustificado na entrega dos materiais**, sujeitar-se-á o licitante vencedor à **multa de 1% (um por cento) por dia de atraso**, sobre o valor do Empenho ou sobre o valor correspondente aos itens em atraso, conforme o caso, até o limite de **05 (cinco) dias** de atraso, após o qual será considerado inexecução parcial;

6.2. **Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial da Ata de Registro de Preços**, cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 02 (dois) anos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
Município criado pela Lei Estadual 9.621/92

6.3. Multa de 15% (quinze por cento) no caso de inexecução total da Ata de Registro Preços, cumulado com a pena do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

6.4. As multas referentes aos itens anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

6.5. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas nesta Ata, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar ainda as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
- b) **Suspensão do direito de licitar** e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a inexecução contratual sobrevier prejuízos para a Administração;
- c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

6.5.1. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de contratar com a Administração Pública**, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

6.6. A sanção de advertência de que trata o item **6.5, letra "a"**, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos equipamentos/materiais;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no andamento das atividades da Secretaria solicitante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.7. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública.

Observação: As multas serão calculadas sobre o **valor empenhado para os itens 6.1 e 6.2**, sobre o **valor total estimado da Ata de Registro de Preços para o item 6.3**.

7. DO FORO

7.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Lajeado, RS, para dirimirem as dúvidas acaso emergentes da presente contratação.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

Santa Clara do Sul/RS, de de 2019.

MUNICÍPIO DE SANTA CLARA DO SUL
PAULO CEZAR KOHLRAUSCH
Prefeito

EMPRESA
Representante
Forma de Representação

TESTEMUNHAS:

1. _____
NOME:
CPF:

2. _____
NOME:
CPF: